



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0203/06	DATA: 14/3/2006
INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 15h17min	DURAÇÃO: 00h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h32min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 7

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: apreciação de itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 53ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em razão da solicitação do Deputado Luiz Couto, coloco a ata...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em homenagem ao Deputado Raul Jungmann, permito que seja ele aquele que vai pedir que a leitura da ata seja dispensada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - V.Exa. já o fez, e tenho certeza de que o Deputado Raul Jungmann se sentiu homenageado nesse momento.

Quero colocar a ata em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Tenho 3 requerimentos. Vou passar a Presidência ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - 1) Requerimento nº 188/06, do Sr. Moroni Torgan, que "solicita seja autorizada a realização de diligências no Estado do Rio de Janeiro".

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Sr. Presidente, vamos ter que nos deslocar para fazer essas diligências. Depois, reservadamente, posso falar aos membros da Comissão, que tipo de diligências seriam essas, porque publicamente não seria conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aprovado.

O Presidente determina que o Deputado Relator faça parte dessa Subcomissão.



2) Requerimento nº 189/06, que “solicita seja convidado o Sr. Marco Antônio de Oliveira, delegado da Polícia Civil de Águas de Santa Bárbara/SP, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito”.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Requerimento nº 190/06, do Deputado Raul Jungmann, que “requer a criação de Subcomissão”.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado, Sr. Presidente.

Temos observado que a Comissão tem dado passos largos na direção de coibir, de entender e de diagnosticar — eu próprio tenho testemunhado o esforço do Sr. Presidente — no que diz respeito ao contrabando nas nossas fronteiras. Acho que esse assunto está muito bem posto, inclusive com respaldo do nosso Ministério da Defesa.

Vejo também que a questão que diz respeito aos arsenais militares, ao problema do registro dessas armas, vem sendo também consoante a sua iniciativa, do Relator e dos demais membros da Comissão, e sendo tocado. Entretanto, quero crer, sobretudo me fundando na minha experiência e no referendo recentemente, que seria muito importante que pudéssemos fazer uma observação a respeito do comportamento tanto da indústria quanto do comércio de armas a respeito do cumprimento sobretudo daquilo que é prescrito pelo Estatuto do Desarmamento a respeito de como eles estão observando a implantação, como tem sido o registro dessas armas, qual tem sido o circuito dessas armas.

Como o tempo é muito limitado, Sr. Presidente, a minha sugestão é que se constitua uma Subcomissão com o fim estrito de ver exatamente como está se dando a participação tanto da indústria como do comércio nacional — não tem nada a ver com qualquer preocupação internacional —, e poder assim contribuir com os trabalhos desta Comissão, que é tão bem representada por V.Exa. e,



particularmente, pelo ilustre representante do Rio Grande do Sul, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quem participar dessa Subcomissão — depois vamos sentar para ver quem vai participar dela — sem dúvida nenhuma terá que trabalhar também em parceria com o Exército, que é o grande fiscal. Exército e Polícia Federal, mas mais o Exército. No que tange à produção é com o Exército. Então, V.Exa. já pode até entrar em contato com os assessores parlamentares do Exército e informar que foi criada essa Subcomissão e que vai precisar do auxílio deles nesse sentido.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Durante o processo anterior, no referendo, desenvolvemos um contato com ele e também com o SINARM, de tal sorte que, a partir daí, numa boa relação que foi feita naquela época, acho que podemos tirar proveito disso e dessa experiência.

Desde já, Presidente, passo a cumprir sua determinação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero informar que tivemos uma reunião na quinta-feira em que estavam os Deputados Raul Jungmann e Colbert Martins. Tivemos uma reunião muito interessante com os países da América do Sul.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Para esclarecer, o Deputado Luiz Couto estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi uma reunião bastante proveitosa com todas as autoridades do Brasil representantes das Forças Armadas. Ficou estabelecido o seguinte critério. A próxima reunião será dia 21 ou dia 23, e teremos os Sub-Relatores. Em contato com o Relator, eles já estão aprovados, já foram convidados, já aceitaram, e vou nominá-los posteriormente.

Teremos uma reunião dos Sub-Relatores com os países que fazem parte desse grupo de trabalho que chamam de Força-Tarefa Internacional contra o Tráfico de Armas. Quero depois sentar, talvez amanhã, com os Sub-Relatores para que



tenhamos uma idéia de que documentos temos que juntar, que tipo de ação vamos fazer nesse sentido.

Já está designado o Deputado Appio para fazer o trabalho de Sub-Relator fronteira Brasil/Uruguai; o Deputado Colbert Martins para fazer o trabalho na fronteira Brasil/Argentina; a Deputada Perpétua Almeida para fazer o trabalho Brasil/Bolívia/Peru. Só quero informar que o Peru não foi convidado. Talvez seja interessante entrar em contato com a Secretaria da Comissão, para entrar em contato com o Itamaraty, para que se convide o Peru para essa Comissão. O Deputado Luiz Couto para fazer o trabalho na fronteira Brasil/Suriname, que tem um tráfico para o Nordeste, que é sua área, Deputado Luiz Couto. E a Deputada Laura Carneiro para fazer o trabalho na fronteira Brasil/Paraguai. Estão todos designados, já aceitaram prontamente a designação.

Acredito que teremos uma outra Subcomissão, talvez para tratar do armamento de polícia e coisas nesse sentido. Mas aí cobrimos as partes mais importantes da CPI, que é esse trabalho de fronteiras, esse trabalho de fabricação e comércio de armas, e o trabalho de apreensão de armas também, que vamos ter de cobrir.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, quando aqui estive um delegado responsável, que mostrou todas as rotas por onde as armas entram e vão para o destino final, que é a Colômbia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso tudo vai ser material que vai ficar à disposição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - V.Exa. me colocou Colômbia e Venezuela, que são 2 países que também são citados como sendo ponto de entrada pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Temos coisas concretas vindas do Suriname. Se V.Exa., em contato com o pessoal da Polícia Federal, descobrir Venezuela e Colômbia, V.Exa. com a Deputada Perpétua podem estender esse trabalho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Queria parabenizar o Deputado Raul Jungmann por essa Subcomissão. Até o termo que ele usou, *vis-à-vis*, é um termo



que dizemos que comprova a sua grande experiência e sua grande luta. É sinal de que queremos, efetivamente, fazer uma investigação. O Deputado Raul tem também sido correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho importante. Nesse sentido, acho importante saber. Como eu disse, acho que estamos muito deficientes na fiscalização. Acho que temos de melhorar bastante nisso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Presidente, quero agradecer os elogios, aliás reiterados nesta nossa sessão, do Deputado Couto, que além de ser muito gentil é um brioso companheiro. Queria apenas pedir um esclarecimento, não sei se seria o momento. Quanto tempo mais temos de CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Temos até o meio de maio. Mas poderemos prorrogar, não vejo muito problema nisso, até junho.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputada Perpétua.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Eu não estava na reunião do Itamaraty, mas nossos parceiros nesse trabalho em relação ao tráfico na fronteira seriam Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E Receita Federal.

Gostaria de passar o tempo ao Deputado Paulo Pimenta, que tem um breve relato para fazer das diligências feitas em Uruguaiana.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, certamente o Deputado Francisco Appio depois poderá complementar. Estivemos em Uruguaiana, a Comissão designada por V.Exa., formada por este Relator, Deputado Francisco Appio, Deputado Colbert Martins, com assessoria do Delegado Dornelles e o apoio administrativo do nosso servidor Paulo, aqui da Comissão.

Fomos a Uruguaiana com 2 finalidades. A primeira delas, buscar maiores informações e esclarecimentos a respeito das investigações que já existem no âmbito desta CPI, que dizem respeito às rotas de entrada de armas e munição no País a partir da fronteira com a Argentina e também a fronteira com o Uruguai, visto que, muito próximo a Uruguaiana, na cidade chamada Barra do Quaraí, há uma



tríplice fronteira Brasil/Argentina/Uruguai e, portanto, uma facilidade muito grande de trânsito entre esses países. Certamente, Sr. Presidente, poderemos produzir um bom relatório acerca do trabalho que lá foi desenvolvido, trabalho esse que contou com uma retaguarda muito grande, um trabalho que merece registro, por parte da Polícia Federal, dos delegados e dos agentes da Polícia Federal. Também tivemos uma recepção muito atenciosa por parte da Câmara Municipal de Vereadores, que disponibilizou toda a sua estrutura, funcionários. Então, tivemos todas as condições necessárias para desenvolver de maneira adequada nosso trabalho.

O outro motivo, Sr. Presidente, que levou a presença desse grupo a Uruguaiana foi no sentido de buscar maiores informações e elucidar a suposta ocorrência de um vazamento de depoimento desta CPI, que teria levado, por um lado, ao prejuízo a investigação em curso da Polícia Federal e colocado em risco a integridade de uma testemunha. Essa situação teria sido provocada não só pelo vazamento de um depoimento, como pela participação de um Deputado membro da CPI nesse vazamento de depoimento. Evidentemente que esse é um tema muito delicado, muito grave, que acabou adquirindo uma repercussão muito grande. É preciso que se reconheça que, em função do recesso, ficamos praticamente 90 dias com esse tema em suspenso. Naturalmente, isso fez com que o Deputado Pompeo de Mattos permanecesse, durante todo esse período, sob suspeição, a partir do momento em que há uma denúncia publicada em revista de circulação nacional, que repercutiu em jornais do País e do Estado. Até agora não há uma opinião conclusiva por parte de nenhuma instância da Casa, seja da Mesa Diretora, da Corregedoria ou mesmo da CPI, a respeito da ocorrência ou não do fato. Creio que o objetivo de V.Exa., quando determinou que essa Comissão fosse a Uruguaiana, foi exatamente recolher elementos que permitam a esta Comissão opinar de maneira conclusiva a respeito da matéria.

Acredito, Sr. Presidente, que o trabalho foi feito de uma forma muito cuidadosa. Tivemos a preocupação de ouvir todas as pessoas citadas como eventuais participantes desse episódio, e também todas as pessoas que apareceram nesse cenário numa função coadjuvante, mas que poderiam ser importantes no sentido de comprovar a veracidade ou não daquilo que o denunciante apresenta.



Para exemplificar aos senhores, o denunciante, inquirido a respeito da existência ou não de alguma testemunha que pudesse comprovar que num determinado dia ele estava no escritório do advogado que, segundo ele, seria um dos articuladores dessa pressão contra ele, citou o nome de uma pessoa. Imediatamente determinamos que a pessoa fosse convocada para que comparecesse à CPI.

O denunciante fez referência a uma pessoa que trabalhava num restaurante, que teria recebido uma ligação telefônica. Imediatamente determinamos que a pessoa fosse convocada.

Então, todos os nomes que foram surgindo, em todos os depoimentos, ou foram ouvidos diretamente pela CPI ou foram ouvidos pelos agentes da Polícia Federal que estavam conosco, delegado da Polícia Federal à disposição.

Então, não ficamos com nenhum depoimento pendente. Mesmo em situações do tipo: “Quem pode confirmar que você este lá?” “O dono do mercado tal.” Mandávamos uma equipe lá. “Ah, fui à rádio tal e lá fiz a transcrição de uma fita.” Quem fez? “O funcionário tal.” Mandamos chamar o funcionário. Então, as notas taquigráficas, além dessas informações colhidas, vão proporcionar um relatório bem consubstanciado, detalhado, do trabalho que lá foi feito.

Ouvimos 13 pessoas, fizemos uma acareação. Para que os senhores tenham a informação, o denunciante, a testemunha denunciante, num determinado momento, a fim de buscar, digamos assim, comprovar ao nosso grupo de trabalho que suas informações eram fidedignas, apresentou a denúncia de que numa determinada residência havia armas e munição. Imediatamente acionamos a Polícia Federal, solicitamos ao Ministério Público Federal o apoio, pedimos ao delegado mandado de busca e apreensão. Fizemos a busca na casa, mas não encontramos nada. Aí, surgiu uma outra informação, de uma outra casa, que também foi feita. Ninguém na cidade sequer ficou sabendo. Ninguém sabe que foram cumpridos os mandados, estou comunicando aqui agora. Nem a imprensa da cidade percebeu. Mas todas as informações que chegaram até nós foram conferidas prontamente, ou pela CPI ou pela Polícia Federal, ou de maneira conjunta pela CPI e pela Polícia Federal.



Achamos, Sr. Presidente, que é necessário que possamos... O Deputado Colbert está chegando, é muito importante a chegada do Deputado Colbert. Acho que, da mesma forma que temos coragem, somos tão rígidos quando temos a opinião de que alguém cometeu determinado delito ou crime, temos de ter essa mesma disposição na medida em que chegarmos a uma conclusão diferente. Deputado Colbert, se V.Exa. puder, só para acompanhar o raciocínio final do meu relato, depois o Deputado Appio e V.Exa. Produzi uma sugestão daquilo que seria uma nota para comunicar preliminarmente à sociedade, à imprensa o que levantamos, antes da votação do relatório preliminar que queremos apresentar para ser analisado não em junho, mas o mais rapidamente possível.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Deputado Pimenta, V.Exa. permite um aparte antes da abordagem dessa nota?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com todo o prazer.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Refutamos aqui insinuações de que a CPI não fez o devido interrogatório. Fomos à exaustão. Não somos policiais, não somos agentes nem delegados, mas agimos no revezamento da Mesa, Sr. Presidente, com o Deputado Colbert e com o Deputado Pimenta, nas acareações dos depoimentos. Nos revezamos indo à exaustão nos interrogatórios. E, de fato, além de não surgirem provas, também não surgiram indícios. Em nenhum momento surgiu qualquer indício que pudesse indicar o vazamento de parte de um Parlamentar ou quem quer que seja.

Eu quero dizer que já tive experiência de Relator de CPI, junto com o Deputado Paulo Pimenta. Esse trabalho foi feito às claras, com transparência. Em determinado momento, fizemos uma reunião reservada com a Testemunha Z, mas toda imprensa presente transmitiu, a sociedade presente, e um trabalho da Polícia Federal exemplar.

Quero deixar aqui consignado, entretanto, a minha insatisfação com o Comando da Brigada Militar e com a Polícia Civil. Ao mesmo tempo, entretanto, registro que o Sr. Secretário de Segurança, José Otávio Germano, nos deu todas as condições. Inclusive disponibilizou uma aeronave para transportar de Porto Alegre à Uruguaiana, ida e volta, sem ônus para esta CPI. Entretanto, pareceu-me uma falha dos órgãos policiais do Estado — Polícia Civil, Brigada Militar — pela seguinte



razão, Sr. Presidente: lá esteve o Procurador-Geral da República, que nos acompanhou; esteve uma juíza do Judiciário da Magistratura estadual; estivemos com umas Promotoras do Ministério Público Estadual, recebemos desses todo o apoio. Entretanto, não houve... E isso quero deixar consignado em ata porque estamos encaminhando ao próprio Secretário de Segurança. Enquanto o Secretário de Segurança nos deu ampla cobertura, entretanto sequer os delegados da Polícia Civil ou da Brigada Militar surgiram na reunião para acompanhar o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Lamento esse tipo de informação, porque realmente em todas as outras diligências da CPI nós temos essas duas grandes Polícias sempre nos amparando, sempre nos dando subsídios, sempre nos auxiliando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E, principalmente, auxiliando os trabalhos da Polícia Federal, que tem sido praticamente já uma co-irmã das CPIs. Mas causa-me muita estranheza isso. E acredito que temos de oficial, sim, ao Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se V.Exa. me permite, para concluir. Depois, podemos até responder perguntas, esclarecimentos. *(Pausa.)*

O Delegado Dornelles me socorre aqui de maneira atenciosa e competente, como sempre. No dia 7, nós iniciamos depoimentos às 9 horas da manhã. Os depoimentos foram até as 23 horas, sem parar. Nós não paramos nem ao meio-dia.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Nem para almoçar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós nos revezamos para não perder o ritmo dos depoimentos e, portanto, tivemos 14 horas diretas de depoimento. E, no outro dia, iniciamos às 8 horas da manhã, com acareação, e foi até às 11 horas. Então, tivemos 17 horas de depoimentos, ininterruptos, entre todas as testemunhas.

Então, a sugestão, Sr. Presidente, de uma nota que se faz necessária, Deputado Colbert:

“A Comissão de Deputados, formada para elucidar a possível ocorrência de vazamento de depoimento de testemunha da CPI do Tráfico de Armas, visitou o Município de Uruguaiana, tomou depoimentos de todos os envolvidos no episódio e chegou às seguintes conclusões preliminares:



1 - Não foram produzidas provas que revelem que realmente tenha acontecido a participação do Deputado Pompeo de Mattos em vazamento de depoimento da CPI;

2 - Nenhuma testemunha ouvida confirmou os fatos reafirmados em depoimento pelo denunciante. Trata-se, portanto, de uma denúncia sem provas e sem testemunhas;

3 - A análise preliminar das contas telefônicas dos acusados não revela a suposta ligação entre o Sr. Jair Rodrigues e o Deputado Pompeo de Mattos; e

4 - Somos pela elaboração de um relatório parcial que aponte para o arquivamento da denúncia”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pergunto se os outros 2 Deputados concordam com essas notas.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Concordamos com o Relator.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Então, com a concordância do Deputado Appio e do Deputado Colbert, eu acho...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se alguém tem algum esclarecimento, alguma pergunta, também qualquer dúvida ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho que a diligência foi bem executada, bem realizada, e esse assunto para nós na Comissão fica encerrado. Vai se encerrar a partir da formalização, então, do relatório que nós vamos votar, mas esse é o último procedimento. E nós vamos nos concentrar então no tráfico nas fronteiras, na questão das Polícias, na questão das Forças Armadas, a fiscalização nas empresas e vamos nos concentrar naquilo que realmente hoje preocupa o nosso povo. Nós vemos a violência num índice crescente em todas as cidade. E se nós conseguirmos fazer um trabalho de dificultar a aquisição de armas nas nossas fronteiras, já vai ser um grande trabalho.

Acredito até, e quero dizer que gostei da ação das Forças Armadas quando foi roubado um paiol das Forças Armadas, 10 fuzis, eu acho, e uma pistola, de estarem fazendo essa diligência no Rio de Janeiro, no sentido de recuperarem esse armamento. Acho até que o furto a um depósito do Exército já é desespero de causa, porque está começando a dificultar em outros locais. Mas achei bastante



interessante. Nós teremos a oitava quinta-feira do Jair de Oliveira, que são 2 Jair: o Jair Rodrigues, lá da diligência, ...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Que não é o cantor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... e o Jair Oliveira. Agora, o Jair Oliveira é uma das coisas mais ridículas que eu já vi em termos de chefe de quadrilha no Brasil. E eu espero que na quinta-feira nós possamos estar e possamos inclusive ter todos os subsídios para mostrar à Justiça a periculosidade do Jair e para que ele não fique solto do jeito que está hoje, infelizmente. Quinta-feira vai ser a oitava do Jair Oliveira.

Quero nomear já como Relator dessa Subcomissão criada, o Deputado Raul Jungmann, para que já possa começar a fazer seu trabalho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, queria saber sobre esse caso do Jair Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Primeiro eu quero só ouvir se o Deputado aceita a indicação.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Aceito com entusiasmo, no sentido de colaborar com o Sr. Presidente e o Relator.

Peço apenas um minuto, desculpe eu estava muito interessado na sua colocação que estava sendo feita, até porque eu me envolvi com isso no início, mas recebi um chamado com urgência da Liderança para ir até o Presidente Aldo Rebelo. Então, eu me desloco e volto. Peço licença para ir até lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sobre esse caso do Jair Rodrigues, Delegado Dornelles, eu já havia solicitado, não sei se foi dado encaminhamento, eu gostaria de solicitar a nossa consultoria, a nossa assessoria, uma análise dessa questão ocorrida do conflito de competências...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do Jair Oliveira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Do Jair Oliveira.

...entre a Justiça Estadual e a Justiça Federal para inclusive, talvez a partir desse fato, nós usarmos ele como exemplo, porque isso tem sido comum. Quer dizer, foi exatamente essa questão do conflito de competências...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...que levou à figura como essas,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - À soltura.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... preso em flagrante, e todos os envolvidos na Operação Serra-Luz-Noia, todos os envolvidos estão soltos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É impressionante.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em liberdade. Para que nós pudéssemos identificar exatamente, do ponto de vista da legislação, onde é que estão os elementos que permitem que essa situação venha se repetindo com tanta frequência. Perfeitamente, onde é que está isso aí. Se há alguma necessidade de alteração legislativa de nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que nós poderíamos fazer. Eu gostaria, Relator, de dizer também aos Sub-Relatores das fronteiras que podem falar com o Delegado Orlando, Delegado Dornelles também para auxiliá-los nesse material que vão reunir sobre suas fronteiras.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Posso lhe dar uma notícia desagradável, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sempre é triste, mas...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O senhor se lembra da audiência realizada na Assembléia Legislativa, das diligências em torno de 2 médicos de Santa Cruz do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Pois curiosamente esses médicos estão em Uruguaiana, naquela fronteira livre, estabelecendo-se naquela cidade. A CPI havia buscado intimá-los...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foram indiciados por tráfico de armas...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...e estão agora...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Eles estavam desaparecidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... no supermercado de armas.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - E qual a nossa surpresa quando, em Uruguiana, fomos informados pelo Prefeito da cidade de que eles estavam sendo contratados, já foram nomeados, para instalar um banco de sangue, lá na fronteira livre. O senhor tenha absoluta certeza: os relatórios apontarão que a fronteira de Passos de Los Libres, em Uruguiana, faz jus ao nome. É passe livre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É passe livre.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - ... para droga, para armas. Nós, oportunamente, vamos abordar a questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria de saber do Sr. Relator, Srs. Deputados que são Sub-Relatores, eu gostaria de fazer uma reunião amanhã à tarde. Nós temos as cassações e não necessariamente cassações, mas processos...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...processo de cassação, mas nós poderíamos fazer uma reunião até ali perto do plenário, se for o caso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Onde o senhor desejar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O nosso Secretário, Dr. Manoel, poderia depois orientá-los para que nós pudéssemos elaborar já um plano para começarmos a delinear o fechamento da CPI.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço a presença e a colaboração a todos. Parabéns pela diligência que fizeram.

Dou por encerrada esta sessão, convocando outra para quinta-feira, às 10h.

Está encerrada a reunião.